AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي
UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Sétima Sessão Ordinária
28 de Junho – 2 de Julho de 2005
Sirte - Líbia

EX.CL/185 (VII)

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MINISTERIAL AFRICANA SOBE A HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (AMCHUD)

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA MINISTERIAL AFRICANA SOBRE A HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (AMCHUD)

I. INTRODUÇÃO

1. A Sessão Ministerial da 1ª Conferência Ministerial sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano realizou-se no Centro Internacional de Conferências em Durban, África do Sul, de 3 a 4 de Fevereiro de 2005. Foi precedida pela Reunião da Comissão Africana para a População (APC) realizada entre 31 de Janeiro e 2 de Fevereiro de 2005. A Reunião da APC serviu como o Grupo de Peritos que fizeram os preparativos técnicos para a Conferência Ministerial. O tema da Conferência foi "*Urbanização, Abrigo e Desenvolvimento: Para um Quadro Alargado de Promoção de Vilas e Cidades Sustentáveis em África*".

II. PARTICIPANTES

2. A Conferência Ministerial contou com a participação de delegações dos seguintes Estados Membros da UA: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, Congo, Coôe d'Ivoire, Djibuti, Eritréia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícias, Mauritânia, Nigéria, Quénia, República Árabe Sahraoui, Ruanda, Senegal, Swazilândia, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda, Zâmbia and Zimbabwe.

3. Além dos representantes das seguintes Organizações Internacionais e das Nações Unidas participaram igualmente na Reunião: FNUAP, BAD, CEA, UN-HABITAT, Comissão da UA e algumas Organizações Não-governamentais (ONGs).

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

a) Discurso proferido pela Comissária da UA para os Assuntos Sociais

4. Em nome da Comissão da União Africana, S.E. Bience Gawanas, Comissária para os Assuntos Sociais, exprimiu I seu apreço ao Governo da África do Sul por acolher a 1ª Sessão da Conferência Ministerial sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano. Ela afirmou que a Conferência era uma via adequada para a abordagem da situação dos pobres das áreas urbanas e era uma importante iniciativa devido à revisão a meio percurso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) em 2005. Deste modo, a Conferência proporcionava uma importante plataforma para os países africanos avaliarem os progressos na implementação dos ODMs. Salientou ainda que a Cimeira de Janeiro dos Chefes de Estado e de Governo da UA, realizada em Abuja, Nigéria, tinha mandatado a Comissão da UA a elaborar uma Posição Africana Comum para a Reunião das NU encarregada da Revisão dos ODMs em Outubro de 2005.

5. A Comissária observou que é evidente que a África não está apta para realizar os ODMs e que esforços concertados devem ser feitos para reverter esta situação. Saudou a participação activa de UN-HABITAT nos esforços a nível continental para a resolução dos desafios de urbanização, abrigo e desenvolvimento, e reiterou a disponibilidade da Comissão da UA de trabalhar com todos os outros parceiros neste sentido.

b) Discurso proferido pela Directora Executiva de UN-HABITAT

6. A Directora Executiva de UN-HABITAT, Dra Anna Tibaijuka, deu as boas vindas aos delegados e agradeceu o Governo da África do Sul por acolher a histórica Conferência Ministerial. Ela evocou que a África do Sul, tendo acolhido a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WSSD), estava mais uma vez a acolher uma importante reunião continental sobre alojamento e desenvolvimento urbano. A Directora Executiva agradeceu igualmente a Comissão da UA pelo seu papel activo nos preparativos e organização desta Conferência. Ao unirem os seus esforços, disse ela, as duas organizações demonstraram um compromisso comum de partilhar os desafios decorrentes da formação de bairros pobres que é uma consequência do rápido crescimento da população e urbanização. Afirmou ainda que a terra era essencial para o desenvolvimento urbano sustentável e especialmente sócio-económico.

7. A Directora Executiva salientou ainda que UN-HABITAT estava a trabalhar em estreita colaboração com a Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI) para a criação de uma Rede de Promotores de Terras, que podem divulgar conhecimentos nos países africanos sobre políticas bem concebidas de terras. Realçou ainda a importância dos assentamentos urbanos como espaço essencial para a actividade económica e como motores do crescimento económico. Ela advertiu ainda que a urbanização e feminização da pobreza é um fenómeno que afecta a maioria dos pobres das áreas urbanas, privando-lhes do acesso aos serviços sociais básicos. Lembrou à Conferência que os Governos têm obrigações políticas e históricas para a melhoria da qualidade de vida das populações africanas. Por conseguinte, a campanha para a reconstituição urbana necessita do apoio do governo a todos os níveis para promover uma iniciativa de toda a África para a melhoria dos bairros pobres e da pobreza urbana.

c) Mensagem da Sra Thoraya A. Obaid, Directora Executiva do FNUAP

8. A Directora Executiva do FNUAP, num discurso apresentado pela Sra Fama Hane-Ba, Directora do FNUAP para a Região da África, louvou a liderança da África do Sul e a activa promoção da NEPAD bem como o seu papel em prol da promoção do desenvolvimento sócio-económico no Continente. Felicitou os países africanos pelos progressos registados na implementação da Plataforma de Acção de Pequim e ICPD/PoA (Programa de

Acção da CIPD). Exprimiu igualmente o seu apreço pelos esforços feitos pela Comissão da União Africana e UNHABITAT na organização desta importante Conferência que congregou Peritos do domínio da população e desenvolvimento e do sector de alojamento e desenvolvimento urbano.

9. Ela concluiu observando que um dos desafios que requer especial atenção é a implementação efectiva e acelerada dos consensos regionais e internacionais que estão consagrados nos ODMs (MDGs). A Directora Executiva ofereceu apoio para os resultados tanto da Reunião de Peritos da CAP como da Primeira Conferência Ministerial sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano.

d) Discurso proferido pelo Vice-presidente da República da África do Sul

10. Na qualidade de Convidado de Honra, S.E. Jacob Zuma, Vice-presidente da África do Sul, abriu oficialmente a Sessão Ministerial e realçou que a Conferência se realiza no momento em que a República da África do Sul celebra o 50ª Aniversário da "Carta da Liberdade". Realçou que a Carta estipula claramente que "deverá haver casas, abrigo e conforto". Sublinhou que este apelo é ainda hoje oportuno e que todos os esforços estão a ser envidados para o cumprimento dos compromissos feitos há cinquenta anos. Sublinhou igualmente que o tema desta importante Conferência Ministerial está em perfeita sintonia com os esforços incessantes da África do Sul no sentido de garantir alojamento adequado e acessível para as pessoas. Assegurou à Conferência o apoio continuo da África do Sul à implementação do Quadro Alargado para o Desenvolvimento Urbano Sustentável em África.

11. O Vice-presidente recordou ainda que durante a Cimeira inaugural da União Africana (UA) em Julho de 2002, os Chefes de Estado e de Governo Africanos comprometeram-se a elaborar uma agenda de desenvolvimento a longo prazo para a melhoria da qualidade de vida dos povos africanos. Era necessário deste modo coordenar esforços para pôr termo à marginalização económica e apresentar um plano comum sobre abrigo e urbanização que garantisse a concessão de abrigo e alojamento decentes para todos. Acrescentou que este esforço é imperativo para a garantia da dignidade humana para todos os povos, incluindo os que vivem em cabanas e bairros pobres. O Vice-presidente observou ainda que o Continente seria impulsionado para uma era urbana dentro das próximas décadas e que a maioria dos Africanos estaria a viver em áreas urbanas. Reiterou que há necessidade de reforçar a coordenação e ligação entre iniciativas e programas dos países no quadro da NEPAD para a construção de sinergias e aprendizagem das melhores práticas. Finalmente, exortou os Governos Africanos a utilizar os seus recursos humanos, materiais e financeiros para resolver as necessidades das pessoas no concernente a "casas, abrigo e conforto".

IV. QUESTÕES PROCESSUAIS

a) Eleição da mesa

12. Foram eleitos os seguintes Estados Membros para a constituição da Mesa:

Presidente	:	África do Sul	(África Austral)
1º Vice-presidente	:	Senegal	(África Ocidental)
2º Vice-presidente	:	Argélia	(África do Norte)
3º Vice-presidente	:	Chade	(África Central)
Relator	:	Quénia	(África Oriental)

b) Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

13. A agenda e o programa de trabalho foram adoptados tal como apresentados.

V. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA REUNIÃO DE PERITOS

14. O Senhor M. Mabuyakhulu, Membro do Conselho Executivo (MEC) de Kwazulu Natal, África do Sul, e presidente da reunião de peritos apresentou os resultados da Reunião. Afirmou que a Reunião de Peritos tinha sido constituída como Reunião de Peritos para a 1ª Sessão da Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano. Evocou o tema da Conferência que era "*Urbanização, Abrigo e Desenvolvimento para um Quadro Alargado de Promoção de Cidades e Vilas Sustentáveis em África*". Endereçou palavras calorosas de apreço a todos os participantes da CAP pelo seu trabalho árduo, e aos Ministros pela participação nesta importante Conferência. Registou ainda com satisfação que a Reunião de Peritos da CAP foi caracterizada por um diálogo franco e aberto sobre uma vasta gama de questões relacionadas com o tema da Conferência.

15. Depois o Presidente apresentou os resultados da Conferência que incluíam:

i. O Relatório da Reunião de Peritos (ANEXO 1);

ii. Projecto de Quadro Alargado para o Desenvolvimento Urbano Sustentável que foi apresentado na íntegra em beneficio daqueles que não tiveram a tradução na sua respectiva língua;

iii. Projecto de propostas sobre a criação de um Mecanismo Consultivo para os Ministros de Alojamento e Desenvolvimento Urbano; e

iv. Contribuição da Conferência Ministerial Africana de Alojamento e Desenvolvimento Urbano para a elaboração de uma Posição

Africana Comum para a 13ª Comissão das NU para o Desenvolvimento Sustentável (CSD-13), a Revisão a Meio Percurso dos ODMs (MDGs) e a 20ª Sessão do Conselho de Administração de UN-Habitat; e

v. Projecto de Declaração sobre desenvolvimento sustentável de vilas e cidades em África.

16. Durante a sessão que seguiu a apresentação, todas as delegações que tomaram a palavra transmitiram o seu apreço à África do Sul pelo acolhimento caloroso e hospitalidade que lhes foram dispensados, e aos co-organizadores da Conferência, aos Peritos bem como ao Presidente da primeira parte da Conferência pelo excelente trabalho realizado em tão curto espaço de tempo. Elogiaram igualmente os Chefes de Estado e de Governo Africanos pela visionária iniciativa de apelar pela promoção de cidades e vilas sustentáveis em África. Sob este aspecto, a Conferência Ministerial foi uma concretização da decisão dos Lideres Africanos. Ao mesmo tempo, os delegados partilharam experiências sobre programas nacionais para a promoção de cidades e vilas sustentáveis nos seus respectivos países.

17. Os Ministros reiteraram que o acesso ao abrigo é uma preocupação dos direitos humanos e que a planificação e implementação de programas para a promoção de cidades sustentáveis é essencial para a luta contra a pobreza e o desenvolvimento sócio-económico em África. O debate foi construtivo e destacou os desafios associados aos assentamentos não previstos.

18. A Sessão Ministerial finalmente fez as seguintes recomendações que devem ser incorporadas no Quadro Alargado:

i. Solicitar a União Africana (UA) a integrar formalmente e institucionalizar a Conferência Ministerial sobre Alojamento e o Sector de Desenvolvimento Urbano nos seus órgãos;

ii. Mobilizar recursos de fontes locais e internacionais para o desenvolvimento de cidades sustentáveis em África. Abrangeria fontes como alivio da dívida, ajuda directa ao desenvolvimento, parcerias público-privadas, fundos de segurança social, recursos dos programas da NEPAD, e outras fontes;

iii. Adoptar abordagens integradas e inter-sectoriais na promoção de cidades sustentáveis em virtude da sua ligação com muitos outros sectores. Ênfase deve ser dada, entre outros, à segurança humana, desenvolvimento rural, incluindo o controlo da migração rural para urbana, e promoção de alojamento a baixo custo.

iv. Assegurar a planificação e seguimento adequados dos programas de desenvolvimento urbano para evitar a formação de bairros pobres. Para o efeito, reformas legais e políticas públicas devem

tratar de questões relacionadas com a utilização de terras tendo em conta as necessidades específicas de cada país ou sociedade.

v. Os preparativos para a próxima sessão da Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano devem incluir a constituição de uma equipa inter-sectorial para tratar de todos os problemas relacionados com o alojamento e desenvolvimento urbano, bem como regulamentos e planos seguros para a institucionalização da Conferência.

vi. Sensibilizar e mobilizar o sector privado e as organizações da sociedade civil como importantes estratégias na promoção de cidades sustentáveis.

vii. Exortar os países desenvolvidos a satisfazer os seus compromissos para a mobilização de recursos, incluindo a Comissão Blair para a África e os países do G8, para a realização da sua Ajuda Externa ao Desenvolvimento (ODA).

19. No final do debate, os Ministros:

i. Tomaram nota do Relatório da Reunião de Peritos (Ver Anexo 1);

ii. Decidiram enriquecer o Projecto do Quadro Alargado sobre Promoção de Cidades e Vilas Sustentáveis em África;

iii. Designaram um Comité de Redacção para ajudar o Secretariado na finalização do projecto do Quadro Alargado e na elaboração da Declaração para análise.

VII. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA REUNIÃO MINISTERIAL

A. Projecto de Declaração

20. Um Comité de Redacção, formado pelos Estados Membros e o Secretariado de UN-HABITAT foi instituído para a elaboração de um projecto de Declaração que foi depois apresentado à Reunião Ministerial em 04 de Fevereiro de 2004. Os Ministros deliberaram sobre o projecto de Declaração detalhadamente e aprovaram a Declaração e solicitaram apoio para o seguimento das recomendações nela contidas. A este respeito, fizeram os seguintes comentários/recomendações:

i. Formular directivas para investigação na implementação do Quadro Alargado;
ii. Assegurar que os países desfavorecidos beneficiem dos Mecanismos Consultivos propostos;

iii. O projecto de Declaração deve incluir as iniciativas da NEPAD para as Cidades Sustentáveis em África;
iv. Encorajar a colaboração com todas as organizações e parceiros a todos os níveis;
v. Maximizar a utilização de estruturas existentes em vez de criar novos órgãos.
vi. Os países africanos devem complementar a mobilização de apoio externo ou global, através do reforço de parcerias locais no seio e entre os Estados Membros;
vii. Incluir o desenvolvimento do alojamento rural na Declaração, uma vez que na maior parte dos casos a pobreza urbana resulta da pobreza rural e a maioria dos moradores de bairros pobres são geralmente migrantes das áreas rurais para urbanas áreas;
viii. Além de 0,7% do PIB concedido pelos países desenvolvidos como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) que até agora não foi recebida na totalidade, os países africanos devem afectar uma certa percentagem do seu orçamento ao sector de alojamento e desenvolvimento urbano.

B. O Projecto do Quadro Alargado

21. O projecto revisto do Quadro Alargado foi apresentado e adoptado com as emendas.

C. O Projecto de Relatório da Conferência Ministerial

22. Foi adoptado o projecto de Relatório da Conferência Ministerial, que continha um resumo dos procedimentos.

VIII. DATA E LOCAL DA PRÓXIMA SESSÃO DA CONFERÊNCIA MINISTERIAL SOBRE ALOJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

23. Decidiu-se que a próxima Sessão da AMCHUD será realizada em 2007, pelo menos três meses antes da Sessão do Conselho de Administração de UN-HABITAT. A Data exacta, Local e Agenda da Sessão serão comunicados aos Estados Membros na devida altura.

IX. DIVERSOS

24. Não houve questão importante para análise incluída neste ponto da Agenda.

X. CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO

25. A Cerimónia de Encerramento foi presidida pela Dra Lindiwe Sisulu, Ministra de Alojamento e Desenvolvimento Urbano da África do Sul.

26. No seu discurso de encerramento, S.E. Bience Gawanas, Comissária da UA para assuntos Sociais, agradeceu ao país anfitrião, aos co-organizadores de UA-UN-HABITAT e aos participantes pelo seu árduo trabalho e as suas notáveis contribuições para o sucesso da Reunião. Ela disse que teve todo o prazer de escutar as canções e palavras comoventes da famosa Artista, Sra Míriam Makeba, geralmente conhecida como Mamã África, e um dos símbolos vivos da Unidade Africana. A Comissária assegurou aos participantes que a Comissão da União Africana daria especial atenção aos resultados da Conferência. Solicitou ainda apoio para a implementação do Quadro Alargado para o Desenvolvimento de Cidades e Vilas Sustentáveis em África.

27. A Directora Executiva de UN-HABITAT, Dra Ana Tibaijuka, associou-se à Comissária para exprimir o seu apreço pelo Governo da África do Sul, Comissão da União Africana e todos os participantes da Conferência. Felicitou também a África do Sul por ter sido eleita Presidente da recém constituída Mesa da Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano. Reiterou que alojamento e desenvolvimento urbano estavam a ser abordados ao mais alto nível. Neste sentido, apreciou a grandiosa tarefa que estava a ser desempenhada pela União Africana. Acrescentou que defenderia o reconhecimento da Conferência Ministerial Africana nos vários fóruns regionais e internacionais.

28. Depois das duas intervenções , as delegações de Argélia, Cote d' Ivoire, Angola, Zâmbia e Quénia tomaram a palavra para elogiar o país anfitrião e os co-organizadores da Conferência, a Comissão da UA e UN-HABITAT pelas suas valiosas contribuições. O ilustre delegado de Cote d' Ivoire leu em voz alta uma "Mensagem de Agradecimentos".

29. No seu discurso de encerramento, a Ministra de Alojamento e Desenvolvimento Urbano, Dra Sisulu, exprimiu a sua profunda gratidão a todos os participantes por se terem dignado vir a Durban e por terem feito o máximo de esforços para tornar o debate mais fecundo e a Conferência um grande sucesso. Disse que como Presidente da Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano, ela fará o melhor possível para torná-la relevante e bem sucedida na resolução de problemas da pobreza urbana, bairros pobres e serviços sociais inadequados na maior parte das cidades africanas.

XI. ANEXOS

ANEXO 1: RELATÓRIO DA REUNIÃO DA COMISSÃO AFRICANA PARA A POPULAÇÃO (CAP) de 31 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 2005 em Durban, África do Sul

I. INTRODUÇÂO

1. A Reunião da Comissão Africana para a População (CAP) foi realizada no Centro Internacional de Conferências (ICC), Durban, África do Sul, de 31 de Janeiro a 2 de Fevereiro de 2005, sob o tema de "*Urbanização, Abrigo e Desenvolvimento: Para um Quadro Alargado de Promoção de Cidades e Vilas Sustentáveis em África*". A CAP serviu como Grupo de Peritos à Primeira Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano (AMCHUD). Foi co-organizada pela Comissão da União Africana (UA) e UN-HABITAT e acolhida pela Ministra de Alojamento e Desenvolvimento Urbano da República da África do Sul, com o apoio de FNUAP no quadro da implementação da Decisão 29 de Maputo de 2003 sobre Promoção de Cidades Sustentáveis em África.

II. PARTICIPAÇÃO

2. A Reunião contou com a participação das delegações dos seguintes Estados Membros da UA: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Chade, Congo, Cote d'Ivoire, Djibuti, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Mauricias, Nigéria, Quénia, República Árabe Sahrawi, Ruanda, Senegal, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Uganda and Zâmbia.

3. Além disso, representantes das seguintes Organizações das NU e Internacionais participaram na Conferência como observadores: FNUAP, BAD, CEA e a Comissão da UA.

III. CERIMÓNIA DE ABERTURA

4. Após breves palavras de boas vindas pelo Presidente da Comissão Africana para a População (CAP), Sr Paul Kimiti, a cerimónia de abertura foi dirigida por :

Discurso proferido pela Representante do FNUAP

5. A Sra Fama Hane-Ba, em representação da Directora Executiva do FNUAP, agradeceu aos organizadores da Reunião pelos seus incessantes esforços de integração das questões ligadas à população na agenda do desenvolvimento a níveis regional e nacional. Salientou as realidades que as

populações africanas enfrentam, tais como, exclusão e desigualdade, particularmente enfrentadas pelas mulheres, jovens e crianças. Afirmou que VIH/SIDA está particularmente a afectar as áreas rurais e realçou a importância da abordagem e da interligação desses multifacetados problemas de uma forma coordenada.

6. Neste sentido, o FNUAP saudou o tema da Reunião de Peritos, que se refere aos desafios enfrentados pela maioria dos africanos, especialmente os desfavorecidos e os pobres. Finalmente, a Representante do FNUAP apelou para a aceleração dos programas destinados a aumentar o investimento para a melhoria das vidas das populações rurais e urbanas. Concluiu a sua intervenção manifestando a disponibilidade do FNUAP de reforçar as parcerias com a Comissão Africana para a População (CAP), tanto a níveis regional como nacional, como contribuição para a promoção das cidades sustentáveis.

Discurso proferido pelo Representante de UN-HABITAT

7. O Representante de UN-HABITAT, Sr. Lars Reutersward, em nome da Directora Executiva, exprimiu o seu apreço ao Governo da África do Sul pelo acolhimento das duas Reuniões de Peritos da Comissão Africana para a População e a Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano. Realçou que a participação de muitas delegações dos Estados Membros na reunião demonstrava a importância atribuída pelos países e organizações aos problemas de urbanização rápida e a necessidade de esforços concertados na busca de soluções aos problemas comuns no sector de alojamento e desenvolvimento urbano. Acrescentou que era necessário empreender uma acção significativa a todos os níveis para o desenvolvimento de dinamismo no tratamento desses problemas.

8. O Representante afirmou ainda que era importante que os países africanos desenvolvessem um entendimento comum sobre a próxima revisão a meio percurso da Declaração do Milénio. Observou que a 1ª Sessão da Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano (AMCHUD) proporcionaria uma plataforma para a elaboração de posições comuns no seio dos países africanos sobre questões a serem discutidas pelo Conselho de Administração de UN-HABITAT e a Décima Terceira Comissão das NU sobre Desenvolvimento Sustentável (CSD-13).

Discurso proferido pelo Representante da Comissão da UA

9. Dr Kamel Esseghairi, falando em nome da Comissária da UA para os Assuntos Sociais, agradeceu ao Governo da África do Sul por acolher a Reunião de Peritos. Agradeceu igualmente a UN-HABITAT pelo seu empenho na realização da 1ª Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano e ao FNUAP que apoiou a CAP desde a sua criação em 1994.

10. Afirmou que a Comissão da UA defende a manutenção de um equilíbrio entre o crescimento populacional e a marcha do desenvolvimento económico. Assim, era importante desenvolver metas mensuráveis no tratamento de questões ligadas à população. Acrescentou que a Visão, Missão e Plano Estratégico da Comissão da União Africana realça a importância do desenvolvimento sustentável para a justiça social em África. Observou que a Comissão da UA incentiva as iniciativas destinadas ao tratamento da pobreza. Salientou que, sob este aspecto, a Reunião de Peritos devia analisar os desafios do crescimento populacional bem como a urbanização rápida e apresentar recomendações para o tratamento desses problemas, particularmente os relacionados com o alojamento e o desenvolvimento urbano.

Discurso proferido pela Representante da Ministra do Alojamento e Desenvolvimento Urbano

11. A Sra M. Mpofu, em representação da Ministra de Alojamento e Desenvolvimento Urbano, saudou as delegações participantes na Conferência realizada na República da África do Sul. Evocou a Decisão de Maputo (Dec.29 (ii)), que exorta a Comissão da UA, UN-HABITAT, e outros parceiros a abordarem as questões de alojamento e desenvolvimento urbano. Ela reconheceu a importância dos temas da Reunião de Peritos da CAP para a análise dos sérios desafios que afectam as populações urbanas em rápido crescimento na África. Salientou ainda que ao assumir a iniciativa de abordar questões do presente bem como das futures gerações era essencial que a Reunião de Peritos apresentasse recomendações firmes sobre a implementação de medidas para ultrapassar os desafios no sector, uma vez que cerca de 40 por cento da população da África habitam em áreas urbanas.

IV. RELATÓRIO DE ACTIVIDADE DO PRESIDENTE DA COMISSÃO AFRICANA PARA A POPULAÇÃO

12. O Sr Paul Kimiti, Presidente da CAP, apresentou um breve resumo das actividades levadas a cabo sob a sua presidência durante o período de 2002-2004. O Relatório descreve as principais actividades realizadas, os desafios encontrados e as recomendações para o futuro. Realçou que, apesar de algumas realizações, o trabalho da CAP foi dificultado, entre outros, pela transição da OUA para UA, falta de recursos adequados, fraca coordenação entre os membros do Secretariado conjunto da CAP (UA, BAD e CEA), fluxo de informação inadequada e interacção limitada entre os Membros da Mesa, entre eles mesmos e o Secretariado e os Estados Membros.

13. Finalmente, o Presidente recomendou as seguintes acções:

(i) Reestruturação do Secretariado da Comissão Africana para a População de modo a torná-lo mais efectivo;

(ii) Revisão do Regulamento da CAP para a sua harmonização com o da Comissão da UA;
(iii) Manutenção e melhoria de canais de comunicação entre a Mesa e o Secretariado;
(iv) Afectação/mobilização de recursos para permitir o funcionamento efectivo do Secretariado e da Mesa, e
(v) Criação de estruturas de serviço para o Secretariado;

14. O Presidente exprimiu também o seu apreço à Comissão da UA e ao FNUAP pelo seu compromisso de apoiar a Comissão Africana para a População no desempenho das suas funções. Agradeceu igualmente à Comissão da União Africana e UN-HABITAT pela organização da Reunião de Peritos da Comissão Africana para a População e ao Governo da África do Sul por ter acolhido a Reunião de Grupo dos Peritos e AMCHUD.

15. A Reunião de Grupo dos Peritos analisou e aprovou o Relatório. Ao mesmo tempo, a Reunião decidiu unanimemente formar uma Equipa de Trabalho para reavaliar os problemas encontrados. A Equipa de Trabalho foi constituída por Argélia, UA (Secretariado), Gana, Malawi, África do Sul Uganda, and Tanzânia. A Equipa de Trabalho foi mandatada a apresentar um projecto de proposta sobre o reposicionamento da CAP e sobre a forma de a tornar mais efectiva na prestação dos serviços que dela se espera . A equipa de trabalho deve submeter as suas recomendações à 6ª Assembleia Geral da CAP para posterior análise e aprovação.

16. Estas recomendações serão apresentadas aos Órgãos da UA para posterior análise e aprovação. Uma vez adoptadas, as recomendações conduzirão o processo de transformação e revitalização da CAP num órgão político efectivo para responder aos desafios prementes da população e desenvolvimento em África.

V. QUESTÕES PROCESSUAIS

(i) Eleição da Mesa

17. Após consultas entre as várias delegações regionais, foram eleitos os seguintes membros da Mesa para o funcionamento regular da Reunião de Peritos e a Conferência Ministerial:

Presidente	-	África do Sul	(África Austral)
1º Vice-presidente	-	Argélia	(África do Norte)
2º Vice-presidente	-	Gabão	(África Central)
3º Vice-presidente	-	Mali	(África Ocidental)
Relator	-	Sudão	(África Oriental)

(ii) Adopção da Agenda e do Programa de Trabalho

18. O projecto de agenda e o programa de trabalho foram adoptados tal como foram apresentados.

VI. DISCUSSÕES TÉCNICAS

19. Os seguintes documentos foram apresentados na Sessão Plenária, com vista a clarificar e apoiar o tema principal da Conferência "*Urbanização e Desenvolvimento: Para um Quadro Alargado para Cidades Sustentáveis em África*".

a) Os Desafios de Urbanização e Assentamentos Humanos no Quadro do Plano Estratégico da Comissão da União Africana e o seu Programa da NEPAD

20. Na apresentação do tópico, o representante da Comissão da UA realçou a Visão, Missão e Plano Estratégico da Comissão da União Africana que defende que a transformação qualitativa da OUA na União Africana reflecte a compreensão por parte dos Africanos de que o Continente chegou na encruzilhada, e que é absolutamente necessário mudar as suas estruturas e funções para lhe permitir inculcar esperanças renovadas nas filhas e filhos da África e viver à altura das suas expectativas. Sublinhou que a Visão fixa alguns objectivos ambiciosos a serem atingidos até o ano 2030 para a realização de "uma África Integrada, Próspera e Pacífica, uma África Guiada pelos seus próprios Cidadãos, uma Força Dinâmica na Arena Global", ideais consagrados no Acto Constitutivo da União Africana.

21. O apresentador observou que apesar das projecções de crescimento rápido da urbanização, a maior parte das agências, parceiros de desenvolvimento e decisores políticos continuam a focar a sua atenção nas abordagens de redução da pobreza rural ignorando o sector urbano. Afirmou que, como consta no Relatório das NU de 2001 sobre a "Situação das Cidades Mundiais": 'muitos países em África se opõem contra as suas cidades, encorajados por uma tendência pró-rural no seio de um grande número de agências de ajuda humanitária.' Urbanização continua a ser pouco compreendida.

22. Nas discussões que se seguiram, as delegações concordaram que as cidades representam grandes oportunidades e desafios para a luta contra a pobreza. As cidades dinâmicas e bem administradas geram benefícios para as pessoas muito além das suas fronteiras. Uma economia regional dinâmica, que promove a troca produtiva de bens, serviços, pessoas e capital entre as áreas rurais e urbanas, dá uma contribuição significativa ao crescimento económico nacional.

23. Relativamente às acções futuras, as delegações recomendaram o seguinte:

i. Melhorar o ambiente, atrair investimento e explorar os benefícios económicos da globalização para a criação de cidades bem geridas.
ii. As cidades bem sucedidas – e nações – devem confiar na urbanização sustentável ;
iii. Reforço da administração local – A Comissão da UA deve encorajar os conselhos municipais nos Estados Membros nos seus esforços para a promoção de desenvolvimento sustentável de cidades e vilas.

b) O Desafio de Bairros Pobres e Concessão de Abrigo; e Governação e Financiamento de Assentamento Humano

24. Nesta apresentação, a questão do rápido crescimento populacional em África foi atribuída, entre outros, à elevada taxa de fertilidade nas áreas pobres rurais e urbanas. Este elevado crescimento da população tem implicações na urbanização rápida em África e nas capacidades dos países proporcionarem infra-estruturas necessárias, alojamento e outros serviços. É o que precisa ser resolvido para a melhoria das condições nas áreas dos bairros pobres e da qualidade de vida dos habitantes desses bairros.

25. Depois das discussões, a reunião fez as seguintes recomendações:

i. Há necessidade de uma estratégia integrada para a luta contra a pobreza que contenha abrigo, desemprego, educação e saúde, incluindo a saúde reprodutiva;
ii. É necessário incluir a pobreza urbana nos PRSPs nacionais;
iii. O envolvimento do sector privado no alojamento (construção e financiamento) deve ser encorajado;
iv. Há necessidade de desenvolvimento de um plano integrado rural e urbano;
v. Há necessidade de capacitação das mulheres;
vi. É necessário integrar os sistemas consuetudinários e modernos de direito de posse para garantir a estabilidade de ocupação;
vii. Minimizar a má interpretação da democracia no seio dos povos, uma vez que pode ser um factor que contribui para o crescimento de bairros pobres, se as pessoas estiverem informadas apenas dos seus direitos e não das suas obrigações.

c) Abordagem dos Desafios dos Bairros Pobres, Concessão de Terras e Abrigo e o Fornecimento de e Acesso aos Serviços Básicos para todos: Visão Geral

26. Este documento foi apresentado pela equipa de UN-HABITAT. Foi discutido o conceito de “Istambul 96: Novo contrato social para a África” e igualmente apresentados análises de realizações, desafios e recomendações de Istambul + 5. O documento descreve a experiência global de UN-HABITAT e o seu trabalho em vários países, particularmente em África. Proporciona uma visão geral das principais questões na urbanização, os problemas dos bairros

pobres, destacando os ODMs (Objectivo 7: Metas 10 e 11). As ideias apresentadas neste documento foram complementadas com o documento apresentado pelo representante da UA intitulado "Desafios de Urbanização e Assentamento Humano". A apresentação do documento foi seguida de discussões e questões que resultaram nas seguintes recomendações concretas a serem integradas no projecto de Quadro Alargado.

i. Transformar os desafios urbanos em oportunidades para o desenvolvimento;
ii. Melhorar as áreas dos bairros pobres com ênfase numa abordagem baseada em direitos;
iii. Dar ênfase a abordagens e programas de desenvolvimento urbano mais propriamente integrados do que fragmentados;
iv. Garantir acesso equitativo às estruturas e recursos urbanos a todos, com atenção especial sobre os habitantes mais vulneráveis dos bairros pobres – mulheres, crianças e pessoas idosas bem como pessoas incapacitadas;
v. Tornar a terra acessível e disponível para os pobres das áreas urbanas, especialmente para as pessoas que vivem nas áreas dos bairros pobres e assentamentos informais.

d) População e Urbanização no Contexto da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD+10) & o Programa de Cidades da NEPAD

27. O Representante da Comissão Económica das NU para a África (CEA) fez a apresentação do Relatório da Reunião de Junho de 2004, realizada em Dakar, Senegal, para analisar 10 anos da implementação do Programa de Acção da CIPD adoptado na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada em 1994 no Cairo, Egipto. O relatório apresentou os resultados da revisão a meio percurso dos PA/CIPD de 20 anos, baseados no levantamento da CEA realizado em 43 países africanos. A análise debruçou-se sobre nove (9) áreas de acção, nomeadamente população, pobreza, ambiente, desenvolvimento sustentável, igualdade do género, equidade, capacitação, família, seu papel, direitos, composição e estrutura; criança e juventude; saúde reprodutiva; VIH/SIDA; distribuição da população, urbanização e migração; situação de crise e consequências para a população; mobilização de recursos para a implementação dos Programas de Acção da CIPD.

28. No que diz respeito à distribuição da população, migração e urbanização, salientou-se que alguns Governos realizaram as seguintes acções importantes:

i. Formulação de políticas (políticas sobre população e ambiente);
ii. Estratégia de luta contra a pobreza;
iii. Reforço de parcerias com as organizações de sociedade civil; e
iv. Seminários parlamentares sobre defesa, diálogo político e desenvolvimento por alguns governos.

29. Em termos do futuro, o Relatório da Reunião de Revisão recomendou, entre outros:

i. Adoptar boas políticas, estratégias e medidas para modificar a distribuição da população;
ii. Adoptar políticas eficientes sobre a migração rural-urbana;
iii. Promover estratégias integradas para a melhoria do desenvolvimento rural (projectos geradores de rendimentos, descentralização, estabelecimento das facilidades de crédito rural, formação em actividades agrícolas para a juventude e acesso à água);
iv. Encorajar os Estados Membros a ratificar a Convenção Internacional dos Direitos de Todos os trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias;
v. Conduzir o programa de cidades sustentáveis da NEPAD como um mecanismo para a melhoria da qualidade de vida nas cidades africanas.

30. Durante as discussões, foram levantados os seguintes problemas:
i. O número de pessoas cronicamente subnutridas está a aumentar e há necessidade de medidas urgentes;
ii. A insegurança alimentar está a acelerar devido à seca, baixa produtividade agrícola, impacto do VIH/SIDA, guerras, etc; e
iii. A feminização da pobreza está a aumentar como consequência da epidemia do VIH/SIDA e de outros factores sociais.

e) Informações para o Desenvolvimento de um Quadro Alargado de Implementação

31. Nas duas intervenções da Comissão da UA e UN-HABITAT, os apresentadores realçaram as informações para o Projecto de Quadro Alargado de implementação.

32. Os apresentadores sublinharam que:

i. A população urbana da África está a expandir para o dobro a taxa para o mundo como um todo;
ii. Mais de 200 milhões de pessoas serão acrescentadas nos próximos 12 a 15 anos à população urbana de 2004 de 300 milhões de habitantes (Lagos e Cairo com respectivamente 8,7 e 9,5 milhões deverão acolher em 2015 respectivamente 16 e 11,5 milhões de habitantes);
iii. O principal desafio do desenvolvimento ao longo das décadas será a gestão bem sucedida da urbanização no continente.

33. O Quadro Alargado para o Desenvolvimento Urbano e Alojamento em África tem por objectivo abordar os problemas que afectam o alojamento e desenvolvimento urbano no contexto da pobreza urbana e suas multifacetadas

manifestações. Partindo da premissa básica de que o desenvolvimento de infra-estruturas urbanas e alojamento necessitam de levar em conta as preocupações da maioria dos moradores das cidades, os pobres urbanos, o Quadro incide sobre alguns dos objectivos que incluem:

i. Reforçar o acesso às actividades geradoras de rendimento e acumulação de activos para famílias de baixo rendimento;
ii. Promover o direito a alojamento decente, incluindo os direitos de beneficiar e compartilhar dos recursos urbanos;
iii. Melhorar o alojamento e os serviços básicos no seio dos vulneráveis/pobres;
iv. Garantir que as redes básicas de segurança social sejam disponibilizadas para os vulneráveis/pobres.

VII. SESSÕES DE GRUPO DE TRABALHO

34. Os participantes foram divididos em dois grupos de trabalho para a discussão de pontos como os desafios da urbanização e assentamentos humanos no quadro do plano estratégico da União Africana e do seu programa da NEPAD e os problemas de bairros pobres, terra, concessão de abrigo e o fornecimento de e acesso aos serviços básicos para todos; terra e concessão de abrigo & governação e Financiamento de Assentamentos Humanos. Os delegados foram solicitados a analisar como adoptar um plano mais efectivo e a fazer recomendações para a Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano que se realizou após a Reunião de Peritos.

a) Grupo de Trabalho I

35. Este Grupo discutiu questões ligadas à população e urbanização no contexto da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD +10) e adoptou as seguintes recomendações gerais:

i. Considerando que os dados e informações sobre a população são importantes para o desenvolvimento sustentável e a gestão urbana, há necessidade da criação de base de dados e redes de informação;
ii. Integrar a urbanização, desenvolvimento rural e migração nos Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza (PRSPs) e todas as iniciativas para o desenvolvimento;
iii. Garantir desenvolvimento sustentável para todos, incluindo o desenvolvimento do capital social e humano e a capacitação das mulheres;
iv. Reconhecer o papel do sector privado/informal no alojamento e desenvolvimento urbano;
v. Promover o planeamento e financiamento de cidades, vilas e assentamentos urbanos com o envolvimento de todas as partes interessadas;

vi. Promover iniciativas de micro-financiamento visando as comunidades mais pobres para a melhoria da produção de rendimentos;
vii. Respeitar a migração interna e os direitos humanos dos migrantes;
viii. Reforço de capacidades para o desenvolvimento sustentável de cidades e vilas;
ix. Integrar as tendências demográficas e os problemas da população nos programas de desenvolvimento social;
x. Reforçar a cooperação inter-sectorial entre população e alojamento e outros sectores; e
xi. Reconhecer e adoptar as recomendações da CIPD + 10, especialmente as que se referem à distribuição da população, migração e urbanização.

b) Grupo de Trabalho II

36. Ao Grupo de Trabalho II foi conferida a tarefa de analisar as questões de Governação Urbana, Financiamento de Alojamento e Desenvolvimento Urbano. O Grupo apresentou as seguintes recomendações:

i. Definir boa governação claramente e empreender todos os esforços possíveis para promover e controlar a reforma da governação urbana;
ii. Identificar as causas essenciais da pobreza urbana, crescimento de bairros pobres, particularmente crescimento elevado e insustentável da população, e outros problemas nas vilas e cidades africanas;
iii. Promover programas de melhoria dos bairros pobres como um elemento essencial dos planos de desenvolvimento nacional;
iv. Integrar a população e a dinâmica demográfica na planificação e implementação de programas de desenvolvimento urbano;
v. Reforçar a capacidade local em termos da promoção de competências e do desenvolvimento de infra-estruturas;
vi. Encorajar a descentralização e coordenar as ligações inter-governamentais e inter-sectoriais, incluindo as parcerias públicas-privadas-comunitárias;
vii. Considerar as questões do género em todos os programas e actividades do desenvolvimento urbano;
viii. Abordar a dimensão cultural do desenvolvimento social;
ix. Promover parceria público-privada bem como participação de ONGs e OSCs;
x. Promover a implementação do conceito de Cidade da NEPAD no quadro dos objectivos relevantes dos ODMs (MDGs);
xi. Organizar documentação e sistemas de base de dados, encorajar a troca de informações e partilhar as melhores práticas e experiências;

37. Além disso, os grupos de trabalho levaram em consideração a institucionalização de um **Mecanismo Consultivo** para o seguimento e monitorização da implementação dos resultados da 1ª Sessão da Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano (AMCHUD).

Discutiram igualmente questões relacionadas com posições comuns para delegações africanas nas próximas reuniões ministeriais tais como a 20ª Sessão do Conselho de Administração de UN-HABITAT, a 13ª Sessão da Comissão das NU sobre Desenvolvimento Sustentável (CSD-13) e a reunião da Assembleia Geral para a Revisão dos ODMs que se realizará durante 2005. Os grupos elaboraram os seguintes princípios e recomendações, que têm relevância internacional:

i. Encorajar a comunidade internacional a desempenhar funções cada vez maiores no que diz respeito à pobreza, que está a intensificar em África;
ii. Promover a melhoria dos bairros pobres através de estratégias adequadas de alojamento e desenvolvimento urbano, como um elemento essencial dos planos nacionais para o desenvolvimento de cidades e vilas;
iii. Regularizar os assentamentos e melhoria *in situ* como intrínseco aos planos de desenvolvimento de cidades, para proporcionar serviços básicos disponíveis de modo a evitar a formação de bairros pobres;
iv. Encorajar a estabilidade como um componente essencial de melhoria dos bairros pobres, com base na politica de terras a favor dos pobres que enfatiza uma série de opções disponíveis não limitadas a titulo formal;
v. Integrar o reconhecimento legal e implementação efectiva de igualdade de direitos de propriedade de mulheres como um elemento essencial de melhoria dos bairros pobres;
vi. Abordar a pobreza nas cidades como tema transdisciplinar de uma forma integrada, particularmente sobre questões relacionadas com os pontos da agenda para a 13ª Sessão da Comissão das NU sobre Desenvolvimento Sustentável para a análise da água, saneamento e assentamentos humanos,
vii. Encorajar o aumento da assistência externa para a África, tanto dos sectores público como privado, para complementar os recursos locais;
viii. Capacitar as autoridades locais e regionais para actuarem de forma decisiva e responsável em relação ás necessidades dos seus cidadãos;
ix. Promover a participação dos pobres das áreas urbanas e as sociedades civis urbanas nas estratégias de desenvolvimento de cidades e actividades de melhoria dos bairros pobres mais como agentes activos do que beneficiários passivos;
x. Encorajar as instituições financeiras internacionais a excluírem o investimento que que se refere aos ODMs do serviço da dívida dos países africanos mais pobres, e
xi. Encorajar as autoridades municipais a liderarem a implementação dos planos de acção locais e nacionais para os ODMs, particularmente os relacionados com a melhoria dos bairros pobres.

VIII. ANÁLISE E ADOPÇÃO DO RELATÓRIO, CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO DE PERITOS

Comentários da Comissária da UA para os Assuntos Sociais

38. A análise do Relatório, das conclusões e recomendações foi precedida de comentários da Comissária da UA para os Assuntos Sociais, S.E. Bience P. Gawanas. Depois de agradecer os delegados pela participação, ela apresentou desculpas por não ter assistido a primeira parte da Reunião de Peritos da CAP, um importante componente da Conferência. Explicou que se deveu ao facto de a Reunião da CAP coincidir com a 4ª Assembleia Geral dos Chefes de Estado e de Governo da UA, e que ela tinha de participar na Cimeira, particularmente nas discussões sobre Segurança Alimentar e VIH/SIDA, Malária, Tuberculose e Pólio. Isto foi no quadro da luta contra a pobreza e exclusão e visava colocar o homem no centro do desenvolvimento.

39. A Comissária recordou que, pela primeira vez, a CAP tinha servido também como Reunião de Peritos para a preparação da Reunião Ministerial Sectorial sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano. Sobre os objectivos da sua intervenção, ela disse que queria agradecer aos Peritos e também assegurar-lhes que a UA estava a lançar-se suavemente. Observou que tendo 10 Comissários, dos quais 50 por cento são mulheres, a Comissão da UA era um exemplo a ser seguido dentro e fora da África na integração da questão do género. Concluiu reiterando o seu apreço e total apoio aos Peritos e à Mesa da Reunião.

40. Foram analisados cuidadosamente os seguintes documentos, parágrafo por parágrafo, e adoptados com as emendas:

(i) O Projecto de Quadro Alargado para a Promoção de Cidades e Vilas Sustentáveis em África;

(ii) Projecto de Propostas sobre a Criação de Mecanismo Consultivo para os Ministros responsáveis pela Terra, Alojamento e Desenvolvimento Urbano;

(iii) A Posição Comum Africana à CSD-13, a Revisão dos ODMs (MDGs) e a 20ª Sessão do Conselho de Administração de UN-HABITAT;

(iv) Relatório da Reunião de Peritos.

IX. NOTAS DE ENCERRAMENTO

41. a Reunião foi encerrada pelo Membro do Conselho Executivo (MEC), Sr M. Mabukhulu, do Departamento de Alojamento da África do Sul e Presidente da Reunião. Ele agradeceu aos delegados pela sua paciência e entusiástica participação nas sessões plenárias e discussões de grupo. Elogiou particularmente as delegações por terem trabalhado muito para apresentar o Projecto de Quadro Alargado para a Promoção de Cidades e Vilas Sustentáveis em África. Expressou também os seus agradecimentos ao Sr P. Kimiti, Presidente da CAP, pela sua cooperação, aos Secretariados Conjuntos da UA e de UN-HABITAT pela excelente coordenação da Conferência, e ao Departamento Sul-Africano de Alojamento pelo seu apoio e hospitalidade.

ANEXO 2: QUADRO ALARGADO DE IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS AFINS DA REUNIÃO DE PERITOS

1. Resumo

42. Na África, o rápido crescimento da população tem sido acompanhado pela rápida urbanização. O ritmo do desenvolvimento socio-económico nos centros urbanos não tem sido equilibrado pelo desenvolvimento paralelo em infra-estruturas e estruturas de serviços sociais. Em algumas cidades, a população que vive em áreas dos bairros pobres atinge mais de 60 por cento. Por conseguinte, a maioria da população em algumas das cidades africanas vive na pobreza extrema, analfabetismo, e abrigada em condições inabitáveis de alojamento.

43. Alguns esforços nacionais, regionais e internacionais estão sendo empreendidos para aliviar o problema das populações das cidades no processo de implementação de iniciativas continentais e globais, algumas das quais se indicam a seguir:

- A Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994, reconheceu que “O processo de urbanização é intrinseco ao desenvolvimento económico e social …” e recomendou “… encorajar uma distribuição mais equilibrada da população através da promoção do desenvolvimento sustentável nas principais áreas de emigração e de asilo.” A CIPD sublinhou claramente que “Esse desenvolvimento deve ser ecologicamente racional e deve promover a igualdade económica, social e do género.”

- Em 1996 a Cimeira de UN-HABITAT em Istambul e a revisão de Istambul + 5 da Segunda Cimeira de Habitat solicitou os governos a

tomar as medidas necessárias para garantir alojamento adequado para todos, aliviar a pobreza urbana e promover todo o desenvolvimento social.

- As metas 10 e 11 dos ODMs exortam os Estados Membros das NU a "Reduzir para metade até 2015 a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável e saneamento básico" bem como "Ter atingido até 2020 uma melhoria significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes dos bairros pobres."

- A Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) reconhece o papel das cidades africanas como o motor do desenvolvimento e crescimento socio-económico, contribuindo para a integração regional e os objectivos da UA, que precisam ser desenvolvidos numa base sustentável.
- A Decisão de Maputo (Dec.29 (ii)) da Segunda Assembleia Geral dos Chefes de Estado e de Governo Africanos (2003) exprimiu a preocupação de que "… se ficar incontrolada, a rápida urbanização conduz à urbanização da pobreza no continente africano com os consequentes problemas que condenaram a maioria dos residentes urbanos ao desemprego, insegurança alimentar, e vida sob condições miseráveis nos bairros pobres e outras zonas não planeadas …". A Assembleia solicitou a UA, em colaboração com UN-HABITAT, a trabalhar para a implementação da Decisão.

- Em Maio de 2004, o primeiro fórum da NEPAD sobre cidades foi organizado em colaboração com UN-HABITAT. O fórum aprovou as prioridades estabelecidas pelas sete cidades africanas - Bamako, Douala, Durban, Lagos, Lusaka, Nairobi, and Rabat – os primeiros objectivos da NEPAD – iniciativa para o desenvolvimento de cidades.

- A avaliação da CIPD + 10 de 2004 em África especificou que "Muitas cidades na região de CEA estão a enfrentar grandes desafios na provisão de serviços básicos (alojamento, transporte e serviços de tratamento de esgoto) devido em grande parte ao rápido crescimento populacional, aumento de insegurança alimentar, escasso investimento externo e má administração económica".

- O documento recentemente adoptado Visão, Missão e Plano Estratégico da União Africana (2004) recapitulou todos os compromissos para o desenvolvimento social e económico do Continente e re-enfatizou o papel das cidades e vilas africanas como centros de desenvolvimento económico e integração social. Estes planos reforçam as iniciativas de cidades da NEPAD e prometem conceder apoio político à implementação eficaz dessas iniciativas.

- Estas respostas regionais e internacionais aos problemas colocados pela rápida urbanização, aliadas à extrema carência de serviços sociais, necessitaram da colaboração conjunta entre a Comissão da União Africana, UN-HABITAT e o Governo da África do Sul para a organização da Reunião de Grupo de Peritos da Comissão Africana para a População (CAP) e a Primeira Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano (AMCHUD) com o tema **"Urbanização, Abrigo e Desenvolvimento: Para um Quadro Alargado para Promoção de Cidades e Vilas Sustentáveis em África".**

- As recomendações e os resultados da reunião deram origem ao desenvolvimento desse quadro alargado para a implementação de programas para desenvolvimento sustentável de cidades e vilas.

2. Urbanização: desafios e oportunidades

44. A população da África duplicará de 888 milhões em 2005, para 1,77 biliões nos próximos 30 anos. Durante o mesmo período, a população urbana aumentará de 353 milhões, que é 39,7 por cento, para 748 milhões de habitantes à taxa de 4 a 5 por cento por ano. Isso significa que, nos próximos 30 anos, aproximadamente 400 milhões de pessoas serão acrescentadas à população urbana. Como se realçou na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo em 1994, o processo de urbanização é intrínseco ao desenvolvimento social e económico.

45. Em 2001, cerca de 61 por cento de todos os residentes africanos urbanos viviam em bairros pobres, 54 por cento dos quais viviam na África Sub-Sahariana e 7 por cento na África do Norte. Ainda mais notável é a incidência de bairros pobres na África Sub-Sahariana, onde 71,9 por cento da população urbana vive actualmente em assentamentos informais. Além da situação acima descrita, 57 por cento necessita de acesso à melhoria de saneamento e 43 por cento à melhoria de recursos de água.

46. Estima-se que 71 por cento da população vivem na pobreza com dois em cinco a viver na extrema pobreza (menos de um dólar por dia). Em África, 31 países têm um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHI) abaixo de 0,500, apresentando uma esperança de vida de 46 anos e um PIB per capita de 469 dólares. Para agravar o problema, a África permanece como a região mais afectada no mundo com uma estimativa de 25,4 milhões de pessoas infectadas com VIH/SIDA no final de 2004. No mesmo ano, 2,3 milhões de adultos e crianças morreram de doenças derivadas do VIH/SIDA.

47. A migração rural-urbana é um elemento importante do crescimento da população urbana. Outros factores em África que contribuem para este fenómeno são as guerras civis e calamidades naturais tais como a seca e as cheias. As áreas urbanas tornaram-se o refúgio para as populações obrigadas

a abandonar as suas casas por causa da luta. Campos de refugiados, que são situados perto das cidades por causa de facilidade de acesso à ajuda de emergência, tornaram-se características permanentes nos assentamentos humanos da Região dos Grandes Lagos, na África Central e de vários países da África Ocidental. Vinte milhões de refugiados necessitam de protecção e de assistência imediata. Um número adicional de 25 milhões de pessoas estão actualmente a deslocar-se dentro dos seus próprios países em virtude da violência e abusos contra os direitos humanos.

48. Os Chefes de Estado e de Governo da NU, em Setembro de 200, em Nova York, comprometeram-se com a Declaração do Milénio, que estipula um quadro para o desenvolvimento integrado. O Objectivo 7 – Sustentabilidade ambiental, Metas 10 e 11 abordam o problema de alojamento e desenvolvimento urbano. Num quadro mais amplo de intervenções sociais e económicas, 'melhoria das vidas dos moradores dos bairros pobres' implica acesso seguro à água, acesso ao saneamento, segurança de ocupação, durabilidade de alojamento e áreas habitáveis suficientes bem como serviços sociais tais como saúde e educação.

49. Numa África em rápida urbanização, a promoção da urbanização sustentável requer, mais do que nunca, planeamento estratégico integrado, formação de consensos, integração do género, capacitação, cooperação internacional, cooperação Sul-Sul e sistemas de resolução de conflitos.

50. Apesar do exposto acima, a urbanização é um processo de desenvolvimento real. Contudo, sem acesso equitativo à terra, abrigo adequado e serviços básicos, os meios urbanos podem ser uma das condições mais ameaçadoras da vida. A vontade politica, descentralização, boa governação e capacitação de autoridades nacionais e locais bem como a adopção de processos inclusivos de mobilização de recursos locais e distribuição criteriosa de recursos e tomada de decisões são fundamentais para a resolução do problema da urbanização em África.

3. Quadro Alargado para Alojamento e Desenvolvimento Urbano em África

51. O quadro tem por objectivo identificar e sugerir medidas para políticas e estratégias mais efectivas de desenvolvimento urbano em África de modo a orientar as acções de todas as partes interessadas (governamentais e não-governamentais) no processo de desenvolvimento urbano, conduzindo-lhes assim à realização de uma visão urbana colectiva.

3.1. Atenção especial dada aos Pobres e Priorização dos Vulneráveis

3.1.1. A pobreza é um dos principais desafios para a urbanização. Uma atenção especial dada à luta contra a pobreza urbana é necessária para as estratégias de desenvolvimento de cidades (CDS) , e PRSPs.

3.1.2. Abordagens transdisciplinares e integradas que tratam de, entre outros, água, saneamento e assentamentos humanos, são essenciais

para a luta contra a pobreza. Abordagens multisectoriais, que são a favor do género, pessoas idosas e incapacitadas, e são participativas e se referem a todos os aspectos de melhores condições de vida, devem ser desenvolvidas para a redução dos riscos e da vulnerabilidade.

3.1.3. Processos inclusivos de tomada de decisões que envolvem as organizações da sociedade civil devem ser encorajados e promovidos. Particular ênfase deve ser colocada sobre o envolvimento de mulheres e dos pobres.

3.1.4. Os países devem ser encorajados a proceder à capacitação das mulheres, através da eliminação ou revisão de leis que são discriminatórias contra as mulheres, particularmente no que diz respeito aos direitos de propriedade, e a promover acções positivas a favor do reforço dos direitos efectivos da mulher à terra e ao abrigo. O reconhecimento jurídico e a implementação efectiva da igualdade de direitos de propriedade da mulher são uma condição prévia essencial para a verdadeira melhoria dos bairros pobres.

3.1.5. Intensificar a sensibilização através de uma campanha sobre direito da terra para as mulheres.

3. 2. O Problema de Bairros Pobres em África

3.2.1. A melhoria dos bairros pobres no contexto das políticas de alojamento e desenvolvimento urbano devem ser um elemento essencial dos planos nacionais, estratégias para o desenvolvimento de cidades e Programas de Luta contra a Pobreza (PRSPs).

3.2.2. A ocupação segura é essencial para a capacitação dos moradores dos bairros pobres e deve-se basear numa política de terras a favor dos pobres que realça diversas opções disponíveis que não estão limitadas ao titulo formal. Campanhas de ocupação segura devem ser realizadas pelos governos.

3.2.3. Exortam-se os governos, em consulta com todas as partes interessadas, a fixar metas nacionais para os bairros pobres, tomando em consideração as tendências da urbanização e as metas dos ODMs (MDGs) para os bairros pobres e a desenvolver planos e estratégias para impedir a formação de novos bairros pobres.

3.2.4. As cidades devem ter um papel principal na implementação das metas dos ODMs para a melhoria dos bairros pobres.

3.3. Intensificação dos Conhecimentos de Mercados de Terras

3.3.1. Identificar e informar sobre o papel da terra urbana na luta contra a pobreza, desenvolvimento económico e sustentabilidade do ambiente num contexto africano. Terras acessíveis devem ser disponibilizadas aos pobres, devendo os mercados de terras ser transparentes.

3.3.2. Pesquisar os meios em que os mercados formais e informais de terra urbana e alojamento operam nas vilas e cidades africanas, e a forma como levar esses mercados a trabalhar melhor para os pobres.

3.4. Reforma Política e Legislativa

3.4.1. As políticas e as leis devem ser revistas e emendadas para garantir que:

- respeitem os direitos dos cidadãos de se deslocarem para vilas e cidades, e apoiá-los nos seus esforços de conceber as oportunidades económicas, culturais e sociais;
- apoiem, encorajem e reforcem os esforços para melhorar a qualidade de vida e reforcem os direitos ao abrigo, segurança de ocupação e serviços dos moradores dos bairros pobres; e

3.5. Gestão Urbana e Governação mais Efectivas

3.5.1. A melhoria da governação urbana é essencial para o tratamento dos problemas do desenvolvimento urbano, incluindo a luta contra a pobreza.

3.5.2. Monitorização da governação urbana para garantir gestão urbana efectiva dos recursos urbanos para erradicar a corrupção.

3.5.3. A descentralização deve ser acompanhada dos necessários recursos materiais, humanos e financeiros. Neste sentido, é importante reforçar a capacidade da administração local para a resolução dos problemas da gestão urbana.

3.5.4. As abordagens multi-sectoriais e inclusivas de planeamento local/urbano e espacial devem responder aos objectivos da sustentabilidade do ambiente e desenvolver a gestão de terras e processos participativos de tomada de decisões, adaptados à realidade das cidades africanas.

3.5.5. Reforçar a informação e as bases de dados necessárias para as administrações locais para o desenvolvimento e planeamento.

3.5.6. Criar plataformas institucionais de parcerias para prestação de serviços e tomada de decisões entre o sector público e privado, ONGs e organizações comunitárias.

3.5.7. O planeamento efectivo do espaço é importante para o desenvolvimento urbano sustentável. As questões do desenvolvimento rural e urbano não são processos mutuamente exclusivos.

3.5.8. Estabelecer excelentes relações inter-governamentais entre governo nacional, regional /estadual/provincial e local/municipal e criar estruturas institucionais para a boa governação das grandes cidades.

3.6. População, Tendências, Migração e Urbanização

3.6.1. As recomendações da CIPD +10 sobre a distribuição da população, migração e urbanização em África devem ser explicitamente adoptadas e recomendadas nos PRSPs (PLCPs) e todas as iniciativas para o desenvolvimento.

3.6.2. Promover investimentos nos sectores sociais, particularmente educação e redução, para reduzir a pobreza urbana.

3.6.3. Promover pesquisas sobre questões ligadas à urbanização e criar redes de dados e de informações para reforçar o planeamento e a administração urbana.

3.6.4. Integrar as tendências e questões da população nos programas de desenvolvimento social nas áreas urbanas.

3.7. Capacitação

3.7.1. A capacidade institucional da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais deve ser reforçada para a resolução de problemas relacionados com a urbanização.

3.7.2. Garantir programas consistentes, sustentáveis e apropriados para o reforço de capacidades do desenvolvimento urbano, a todos os níveis do governo, mas especialmente das sociedades civis.

3.8. Financiamento do Desenvolvimento Urbano e Alojamento

3.8.1. Promover a produção de rendimentos por parte do sector privado e das autoridades locais para o financiamento do desenvolvimento urbano e alojamento.

3.8.2. O desenvolvimento urbano africano requer cooperação global. O desenvolvimento urbano efectivo depende da cooperação global em termos de ajuda ao desenvolvimento, alivio da dívida e acesso ao Mercado, sem a qual a não será possível para a África realizar os OMDs (MDGs).

3.8.3. Promover a criação e o reforço de estruturas reguladoras, leis e códigos que sejam flexíveis, de modo a permitir que instituições financeiras, e o Programa de Cidades da NEPAD, garantam os programas efectivos e sustentáveis de alojamento e desenvolvimento urbano.

3.8.4. Constituir o sector financeiro de uma forma que se adapta a cada país para que diversos cenários financeiros adequados, sustentáveis e efectivos se tornem mais disponíveis, e acessíveis para todos os sectores da sociedade, particularmente mulheres, os mais vulneráveis e os pobres.

3.8.5. Apoiar o sector da construção, incluindo pequenas e médias empresas, e o sector comunitário, envolvidos na melhoria dos bairros pobres, para a utilização de tecnologia apropriada a baixo custo, para a promoção do desenvolvimento económico.

3.8.6. O envolvimento do sector da construção na melhoria dos bairros pobres contribuirá para o desenvolvimento económico dos centros urbanos e a revitalização do sector informal.

3.8.7. O reforço do apoio financeiro da comunidade internacional deve ser orientado para a capacitação, competências técnicas e financiamento.

3.9. Mecanismo Consultivo

3.9.1. Criar e institucionalizar um Mecanismo Consultivo dos Ministros Africanos responsáveis pelo alojamento e desenvolvimento urbano. O mecanismo consultivo desempenhará um papel significativo na implementação da Decisão de Maputo de 2003 sobre a Promoção do Desenvolvimento de Cidades e Vilas Sustentáveis em África (Assembly/AU/Dec.29 (II)).

3.9.2. O Mecanismo Consultivo deve :

- Servir de fórum para discutir os problemas urbanos a níveis continental e regional como uma base para as estratégias nacionais a nível de cidades e como um foco para a discussão da Agenda de Habitat e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e Metas;
- Patrocinar e apoiar a inovação do desenvolvimento urbano e de práticas de gestão de terras urbanas em África;
- Facilitar a cooperação Sul-Sul e a troca de capacidades técnicas internacionais, investigação e melhores práticas;
- Desenvolver uma melhor informação da dinâmica da ocupação de terras urbanas e de mercados de terras em África;

- Apoiar e reforçar a Iniciativa de Cidades da NEPAD;
- Envolver-se com os parceiros de desenvolvimento e agências multilaterais nas questões do desenvolvimento urbano em África e seu financiamento;
- Promover fortes relações entre as instituições de investigação para melhor compreensão da importância económica, legal e financeira do desenvolvimento urbano e das terras urbanas em África;
- Integrar questões urbanas e outros assuntos relacionados com assentamentos humanos nas estruturas macro-económicas e orçamentos nacionais dos governos africanos, incluindo UNDAFs, PRSPs e outros programas;
- Servir de plataforma para defesa da boa governação urbana e segurança de ocupação.
- Proporcionar um ponto focal para a ligação dos relevantes aspectos do Plano Estratégico da União Africana e programa da NEPAD bem como processos e iniciativas internacionais conforme a agenda urbana para desenvolvimento sustentável.
- Instituir um mecanismo de monitorização e avaliação para as reformas da governação urbana.

3.9.3. Estabelecer relações com outras conferências inter-ministeriais que tratam de assuntos relacionados com a Agenda Habitat, incluindo, mas não restrito a, questões relativas ao fornecimento da água, administração local e infra-estruturas.

4. Contribuição para uma Posição Comum Africana nas Próximas Reuniões Internacionais

52. A posição dos governos africanos reflecte-se no apoio de mensagens comuns que são continuadas na 20ª Sessão do Conselho de Administração de UN-HABITAT, 13ª Sessão da Comissão do Desenvolvimento Sustentável (CSD 13), Reunião da Assembleia Geral das NU para a Revisão dos ODMs, e Revisão da Plataforma de Pequim, que se realizam todas durante 2005.

53. O Quadro Alargado estabelece as prioridades da África para os seguintes fóruns:

i. A pobreza, que se concentra de modo crescente nas cidades africanas, é o principal problema urbano que a comunidade internacional precisa resolver;

ii. A melhoria dos bairros pobres, no contexto de estratégias globais de alojamento e desenvolvimento, deve constituir um elemento essencial dos planos nacionais, estratégias para o desenvolvimento de cidades e PRSPs;

iii. A regularização de assentamentos e a melhoria *in situ* devem ser consideradas como estratégias intrínsecas ao desenvolvimento de cidades e vilas, com disposições a serem feitas para a terra aproveitada disponível para evitar a formação de novos bairros pobres;
iv. A ocupação segura é essencial à melhoria de bairros pobres para efectivamente resolver os problemas da pobreza urbana e deve basear-se numa política de distribuição de terras a favor dos pobres que realça uma série de opções disponíveis incluindo títulos não formais;
v. A promoção de igualdade do género e capacitação das mulheres deve constituir uma parte integrante das estratégias e programas de luta contra a pobreza urbana. O reconhecimento legal e implementação efectiva da igualdade dos direitos da mulher à propriedade são um pré-requisito para a efectiva melhoria dos bairros pobres;
vi. Assentamentos humanos, pobreza urbana, abrigo para todos, ocupação segura, direito à terra e à propriedade, água, saneamento, transporte, fornecimento de energia eléctrica, participação crescente de mulheres na tomada de decisões a todos os níveis e integração do género no planeamento e desenvolvimento municipal e acesso ao crédito devem ser áreas prioritárias para as acções das mulheres na próxima década;
vii. A pobreza nas cidades não pode ser tratada de forma satisfatória pelas políticas e estratégias sectoriais. Ou melhor, é uma questão transdisciplinar que deve ser tratada de forma integrada. Isto aplica-se particularmente aos tópicos de CSD-13 de água, saneamento e assentamentos humanos;
viii. O desenvolvimento urbano sustentável em África requer que os países desenvolvidos cumpram os seus compromissos tomados na Conferência de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Isto se traduz na concessão de recursos novos e adicionais (0,7% do PIB dos paises desenvolvidos para ODA) para elevar os recursos locais incluindo os recursos comunitários; A pesada dívida de muitos países africanos está a impedir a sua capacidade de resolver os problemas de alojamento e desenvolvimento urbano. É por conseguinte uma prioridade que as instituições financeiras internacionais devem excluir os investimentos no sector urbano, e os que particularmente visam os ODMs, da dívida dos países em desenvolvimento.

ix. O desenvolvimento urbano africano requer cooperação global. O desenvolvimento urbano efectivo depende da cooperação global em termos de ajuda ao desenvolvimento, alívio da dívida e acesso ao mercado, sem a qual a África não poderia realizar os ODMs. 9) Para o desenvolvimento urbano sustentável o governo, a todos os níveis,

deve ser capacitado de modo a actuar de forma decisiva e responsável em relação às necessidades dos seus cidadãos. Isto exige assistência técnica e capacitação suportadas pela comunidade internacional;

x. Para restabelecer o problema da exclusão, a sociedade civil em geral e os pobres em particular devem ser envolvidos nas estratégias para o desenvolvimento de cidades e actividades para melhoria dos bairros pobres como agentes activos e não beneficiários passivos.
xi. É essencial que as autoridades das cidades tenham um papel importante na implementação dos planos de acção nacionais e locais para os ODMs, particularmente a meta de melhoria dos bairros pobres nos países em desenvolvimento.

Anexo IV: Declaração sobre o Estabelecimento da Conferência Ministerial Africana sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano (AMCHUD), Durban, África do Sul, 3-4 de Fevereiro de 2005

Nós, os Ministros Africanos responsáveis pelo alojamento e desenvolvimento urbano, reunidos em Durban, e-Thekwini, África do Sul, de 3-4 de Fevereiro de 2005, para analisar o problema de alojamento e urbanização em África,

Saudamos com satisfação o reconhecimento do problema do assentamento humano juntamente com água, energia, saúde e biodiversidade no Plano de Implementação de Joanesburgo, e no processo iniciado pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CSD) sobre Água, Saneamento e Assentamento Humano,

Evocamos a Conferência Internacional de Cairo sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada em 1994, que reconheceu que "O processo da urbanização é intrínseco ao desenvolvimento económico e social …"

Evocamos Ainda a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos realizada em Istambul em 1996 e a revisão da Agenda de Habitat contida na Declaração sobre Cidades e Outros Assentamentos Humanos no Novo Milénio, da Assembleia Geral das Nações Unidas, Resolução S25.2 de 9 de Junho de 2001,

Reconhecemos o advento, em 2001, da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD),

Notamos que a África é a região de urbanização mais rápida do mundo, com a população a duplicar aproximadamente de 20 em 20 anos e que apresenta problemas muito além da capacidade de gestão dos governos, autoridades locais e outras instituições,

Cientes de que 72 por cento dos residentes urbanos em África vivem nos bairros pobres sem acesso equitativo à terra, abrigo e serviços básicos adequados, e ambiente urbano que pode estar entre as condições de vida mais ameaçadoras, o que requer mecanismos de financiamento sustentáveis para alojamento e desenvolvimento urbano,

Notamos que a vontade política, descentralização, boa governação e a capacitação das autoridades nacionais e locais bem como a adopção de processos inclusivos de tomada de decisões são fundamentais para a resolução do problema da urbanização em África,

Cientes do facto de que a crescente pobreza urbana e a feminização da pobreza requerem abordagens sensíveis do género para o desenvolvimento urbano sustentável,

Reconhecemos o impacto das calamidades naturais, guerras civis e o impacto da pandemia do VIH/SIDA sobre as condições de vida nas vilas e cidades,

Reconhecemos o continuum rural urbano e a interdependência entre as vilas e cidades no interior rural,

Saudamos as iniciativas internacionais e regionais para a resolução dos problemas dos assentamentos humanos e urbanização, em particular o Objectivo 7, Meta do MD, o processo de CSD processo e o Programa de Cidades da NEPAD,

Guiados pela Decisão 29 de Maputo (Julho de 2003) tomada pelos lideres africanos na Segunda Sessão da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, que estipula que “se ficar incontrolada, a rápida urbanização conduz à urbanização da pobreza no continente, com os consequentes problemas que condenaram a maioria dos residentes urbanos ao desemprego, insegurança alimentar e vida sob condições miseráveis nos bairros pobres e outras zonas não planeadas sem serviços básicos como o alojamento decente, água e saneamento e o elevado risco que isto implica para a sua saúde e segurança,”

Registamos a decisão desta Assembleia de promover cidades e vilas sustentáveis em África, e de aproveitar o seu potencial beneficio como centros de crescimento económico e locais de oportunidade e prosperidade para todos os povos africanos,

Registamos Ainda que a implementação desta Decisão exigiria forte patrocínio a um alto nível político, e portanto a criação de um mecanismo apropriado,

Tomamos Nota do relatório da Comissão Africana para a População que serviu de Reunião de Grupo dos Peritos para esta Conferência, o Quadro Alargado de Implementação de Alojamento e Desenvolvimento Urbano Sustentáveis em

África, e a Posição Comum Africana nas futuras reuniões internacionais, apresentados como Anexo a essa resolução,

Exprimimos a nossa profunda gratidão e apreço ao Governo da África do Sul pelos esforços feitos na convocação e acolhimento desta conferência inaugural que conduz ao lançamento da Conferência dos Ministros Africanos sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano (AMCHUD);

Louvamos a Comissária da União Africana para os Assuntos Sociais e a Directora Executiva do Programa das Nações Unidas de Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) pelos seus esforços conjuntos que conduziram ao estabelecimento de AMCHUD;

Exprimimos o nosso apreço pelos esforços louváveis de todos os parceiros cooperantes, incluindo a Comissão Africana para a População, FNUAP e outras instituições;

Reafirmamos o nosso compromisso de ultrapassar os obstáculos encontrados na implementação da Agenda de Habitat, o Plano de Implementação de Joanesburgo e a Declaração do Milénio;

Decidimos instituir a Conferência dos Ministros Africanos sobre Alojamento e Desenvolvimento Urbano (AMCHUD) como o mecanismo consultivo na promoção do desenvolvimento sustentável de assentamentos humanos em África, sob os auspícios da União Africana;

Decidimos ainda que a AMCHUD deverá, inter alia:

- Servir como um fórum para a discussão do problema urbano a níveis continental e regional como uma base para as estratégias nacionais e a nível de cidades e como um foco para a discussão da Agenda de Habitat e os relevantes Objectivos e Metas para o Desenvolvimento do Milénio;
- Patrocinar e apoiar práticas inovadoras de desenvolvimento urbano e gestão de terra urbana em África;
- Encorajar o intercâmbio Sul-Sul e internacional de competências técnicas, investigação, experiência e melhores práticas;
- Desenvolver uma melhor compreensão da dinâmica da ocupação de terra urbana e mercado de terras em África;
- Apoiar e reforçar a Iniciativa de Cidades da NEPAD;
- Envolver-se com parceiros de desenvolvimento e agências multilaterais nas questões do desenvolvimento urbano em África e seu financiamento;
- Promover fortes relações entre as instituições de investigação para melhor compreensão da importância económica, legal e financeira do desenvolvimento urbano e da terra urbana em África;

- Integrar questões urbanas e outros assuntos relacionados com assentamentos humanos nas estruturas macro-económicas e orçamentos nacionais dos governos africanos, incluindo UNDAFs, PRSPs e outros programas;
- Servir de plataforma para defesa da boa governação urbana e segurança de ocupação.
- Proporcionar um ponto focal para a ligação dos relevantes aspectos do Plano Estratégico da União Africana e programa da NEPAD bem como processos e iniciativas internacionais conforme a agenda urbana para desenvolvimento sustentável.
- Implementar um mecanismo de monitorização e avaliação para as reformas da governação urbana.

Decidimos que AMCHUD deverá estabelecer relações com outras conferências inter-ministeriais que tratam de assuntos relacionados com a Agenda de Habitat, incluindo, mas não restrito a, questões relativas ao fornecimento de água, administração local e infra-estruturas;

Decidimos Ainda que AMCHUD será constituída pelos seguintes órgãos:

- A Conferência Bienal
- A Mesa
- O Secretariado

Decidimos Ainda que a Mesa constituída nesta conferência servirá de Mesa de AMCHUD, com os seus membros representando as cinco sub-regiões da África;

- África Austral: representada pela República da África do Sul como Presidente da Mesa
- África Ocidental: representada pelo Senegal, como o primeiro Vice-presidente
- África do Norte: representada pela Argélia como o segundo Vice-presidente
- África Central: representada por Chade como o terceiro Vice-presidente
- África Oriental: representada por Quénia como o Relator

Decidimos Igualmente que o Presidente da Mesa será eleito pela Conferência Bienal dos Ministros responsáveis pelo Alojamento e Desenvolvimento Urbano de cada Estado Membro e manter-se-á em exercício até a próxima Conferência;

Mandatamos a Mesa a criar um Secretariado que proporcionará apoio técnico e administrativo;

Solicitamos a Comissária da União Africana e a Directora Executiva do UN-HABITAT a apoiar a Mesa na criação do Secretariado;

Exortamos todos os parceiros cooperantes e outras agências relevantes das NU, o Banco Africano de Desenvolvimento, parceiros da cooperação com a nossa região e doadores, a apoiar os esforços AMCHUD na implementação das medidas estipuladas nesta Declaração;

Solicitamos a União Africana a integrar as questões de alojamento e desenvolvimento urbano na estrutura da União Africana através de um Comité Técnico Especializado para o sector, incluindo a prestação de apoio político e outros de AMCHUD;

Decidimos que AMCHUD se reúne de dois em dois anos, de preferência três meses antes das sessões do Conselho de Administração de UN-HABITAT;

Solicitamos a Comissão para a África a apoiar os governos africanos nos seus esforços no sentido de mobilizar os recursos financeiros internacionais para apoiar programas de melhoria dos bairros pobres e desenvolvimento urbano em África;

Solicitamos Ainda a Comissão para a África a excluir investimentos no alojamento e desenvolvimento urbano e particularmente os que se prevêem na realização do Objectivo 7 Metas 10 e 11 dos ODMs (MDGs) da dívida dos países africanos;

Solicitamos a Mesa de AMCHUD a informar as agências e programas regionais e internacionais e das Nações Unidas sobre a criação de AMCHUD;

Comprometemo-nos a transmitir aos nossos respectivos Chefes de Estado e de Governo os resultados desta Conferência.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2005

Report of the African ministerial conferenceon housing and urban development (AMCHUD)

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4406

Downloaded from African Union Common Repository